

---

# *A VIDA APÓS O DILÚVIO EM MARX E ENGELS: A EMERGÊNCIA DO TRABALHADOR EM SUA NUDEZ*

## *LIFE AFTER THE FLOOD IN MARX AND ENGELS: THE EMERGENCE OF THE WORKER IN THEIR NUDITY*

---



### Dossiê

#### Atualidade do realismo: utopia e distopia

#### Organizadores:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Laura dos Reis  
Corrêa



Prof. Dr. Martín Ignacio Koval



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Altenfelder  
Garcia Gallo



v. 32, n. 62, agosto, 2023  
Brasília, DF  
ISSN 1982-9701



#### Fluxo da Submissão

Submetido em: 25/08/2022

Aprovado em: 29/03/2023

#### Distribuído sob



Vera Aguiar Cotrim

[veraacotrim@gmail.com](mailto:veraacotrim@gmail.com)

Graduada em Filosofia e doutora em História Econômica pela USP;  
professora no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do  
CEFET-MG.

#### Resumo/Abstract

#### Palavras-chave/Keywords

Este artigo busca expor o modo como Engels e Marx caracterizam e explicam a emergência, na era vitoriana, de um modo de vida totalmente novo. A industrialização inglesa dissolveu o conjunto de modos de vida anteriores e criou novas relações sociais que afetam não apenas a produção material da vida, mas as relações familiares, a moral, o senso comum. A caracterização desta vida pós-diluviana traz ainda a perspectiva de emancipação cujas possibilidades concretas os revolucionários alemães explicitam a partir da análise do presente. Essa liberdade é identificada à apropriação da universalidade genérica pelos indivíduos.

Karl Marx, Friedrich Engels, industrialização, família, universalidade

This article seeks to expose the way in which Engels and Marx characterize and explain the emergence of a totally new mode of life in the Victorian era. English industrialization dissolved all the different earlier modes of life and created new social relations that affect not only the material production of life, but family relations, morals, common sense. The characterization of this post-Diluvian life also brings the perspective of emancipation whose concrete possibilities the German revolutionaries perceive from the analysis of the present. This freedom is identified with the appropriation of generic universality by individuals.

Karl Marx, Friedrich Engels, industrialization, family, universality

*You take my life already  
When you take the means whereby I live.*

(Shylock em SHAKESPEARE, *The Merchant of Venice*)

Em Marx e Engels, a era vitoriana coincide com a consolidação de um modo de vida totalmente novo que definiu os destinos da humanidade em todo o mundo e criou um novo indivíduo. Trata-se do capitalismo industrial. Este novo modo de produção implica uma transformação social de tal monta, que Marx a compara ao dilúvio bíblico. Este é o processo de origem do modo de vida hoje quase naturalizado, mas cuja emergência pareceu àqueles que o viveram uma completa desnaturação da vida. A partir dele, consolida-se a produção por meio de meros trabalhadores, fazendo desaparecer até mesmo a memória dos antigos produtores. Generaliza-se o trabalho abstrato e emerge a vida sob a forma da alienação. Instituições milenares como o patriarcado e o cristianismo são postas em questão. O processo de constituição de um modo de vida totalmente novo, que submerge o conjunto das formas antigas, pode ser assistido das janelas da rainha Vitória.

A vida após o dilúvio, em que o assalariamento torna o trabalho abstrato a forma geral do trabalho produtivo, corresponde, para Marx ao segundo grande estágio da história humana. Ao abordar o desenvolvimento humano em termos genéricos, Marx divide a história em três fases de acordo com as diferentes formas das relações de produção:

Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal* é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o tercei-

ro estágio. O segundo estágio cria as condições do terceiro. (Marx, 2011, p. 106)

Embora a história que precede a produção capitalista abarque diferentes modos de produção, estes compõem, em Marx, um único estágio amplo de desenvolvimento que se caracteriza por relações de produção pautadas na dependência pessoal, limitação da produtividade do trabalho humano e pelo caráter local da sociabilidade. O modo capitalista de produção, segundo grande estágio histórico, caracteriza-se por romper as relações de dependência pessoal e estabelecer relações em que a independência pessoal se realiza sob a forma de uma dependência *coisal*. Esta nova forma universaliza a produção, rompe os limites locais do desenvolvimento e amplia as necessidades e capacidades humanas. Expande a produtividade do trabalho humano criando um metabolismo social universal que, no entanto, mantém-se fundado em relações de dependência da coisa, isto é, do seu próprio produto social criado como capital, sob as quais os indivíduos não subordinam sua produtividade coletiva a seu próprio poder, mas, ao contrário, permanecem subordinados a ela. A contradição, expressa nesta passagem como ausência de domínio social da capacidade produtiva, seria então superada pelo terceiro estágio de desenvolvimento histórico em que o metabolismo social universal desenvolvido sob o modo capitalista de produção, posto como efetivo poder social do conjunto dos indivíduos, permite a livre individualidade e o desenvolvimento universal dos indivíduos; ou seja, em que o desenvolvimento universal se colocaria pela primeira vez na forma do desenvolvimento individual, por meio do controle social da produção.

## I.

Como mencionado, o capitalismo industrial, segundo grande estágio da história humana, é comparado por Marx ao dilúvio bíblico. Neste, as águas submergem todo um modo de vida e, quando elas baixam, nada resta das antigas formas de sociabilidade, nem sequer sua memória, e uma vida completamente inaudita se desenvolve.

Marx explica o processo histórico que cria as condições da produção capitalista. As fortunas mercantis criadas no mercado mundial precipitam a chuva, pois é para satisfazer as necessidades do comércio que a produção se volta ao valor de troca. Ao dominar a produção, o valor de troca transforma o modo de vida dissolvendo paulatinamente seus vínculos sociais. A transformação da força de trabalho em mercadoria é o último desenvolvimento da relação de valor. Ela produz o nível de divisão do trabalho necessário para que se constitua uma imensa coleção de mercadorias, que é como Marx define a forma como a riqueza aparece no modo de produção capitalista.

O dilúvio é então a imagem para “o divórcio de elementos até então unidos – em consequência, seu resultado não é que um dos elementos desaparece, mas que cada um deles aparece em uma relação negativa com o outro –, o trabalhador livre (potencialmente), de um lado, o capital (potencialmente), do outro” (Marx, 2011, p. 413). Processo que põe o produtor “como capacidade de trabalho sem objetividade, puramente subjetiva, confrontada com as condições objetivas da produção (...) como capital” (Marx, 2011, p. 409). Ele submerge as antigas relações sociais e faz emergir um sujeito novo, cuja liberdade não o confirma, mas o nega: o trabalhador em sua nudez.

Marx define a força de trabalho como o conjunto das faculdades físicas e espirituais presentes na personalidade viva do indivíduo, em seu corpo. Para que ela se ponha na forma social de mercadoria, duas condições centrais devem ter se estabelecido. Primeiro, pressupõe o trabalhador como livre proprietário de sua pessoa, que deve relacionar-se com a força de trabalho como sua mercadoria. Cada um só troca o que é seu e por livre escolha. A segunda condição é que o produtor não possa vender mercadorias, produtos de sua força de trabalho. Portanto, que não tenha acesso aos meios de produção e tampouco aos meios de subsistência necessários antes e durante a produção. Marx escreve:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor do dinheiro precisa encontrar,

portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização e sua força de trabalho. (Marx, 1985, vol. 1, p. 140)

Essa liberdade tem um sentido positivo, já que rompe o cordão umbilical que prende o indivíduo à comunidade, à submissão pessoal e à terra; e o sentido negativo da expropriação e da concorrência como forma central da conexão social. Com a liberdade que adquire com a generalização do mercado, frente às distinções de nascimento e à subordinação pessoal, o produtor perde sua confirmação objetiva e se torna pura subjetividade. Por isso, Marx distingue: “Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão não diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário algo mais que um bom estômago” (Marx, 1985, vol. 1, p. 143). A força de trabalho é nada se não é vendida, já que a venda é mediação necessária entre esta capacidade e os meios de sua confirmação.

A desvinculação do ser humano, do sujeito, com relação à natureza e à comunidade, que são seu objeto, seu “corpo inorgânico”, é o que emerge do dilúvio, um modo de vida sem precedentes que se caracteriza por recriar o antigo produtor – servo camponês, artesão – como mero trabalhador sem objetividade.

Esse mundo que emerge quando as águas do dilúvio baixam é a industrialização inglesa da era vitoriana. Seu produto principal, para além da massa de mercadorias, da riqueza abstrata e da universalização das conexões humanas, é o sujeito que estas relações sociais criam. Para Marx, o principal produto de qualquer modo de produção é o indivíduo que ele engendra. Como os descendentes de Noé, a nova feição de vida não guarda qualquer memória dos modos anteriores de vida e relação social. Esse modo de vida é descrito por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e se caracteriza pela criação contraditória de riqueza e de pobreza: trata-se da concentração da riqueza

social como propriedade privada, dependente da aglutinação de uma massa de trabalhadores que são pura subjetividade em busca de confirmação objetiva, isto é, à procura de “emprego”. A riqueza excedente de um lado, que é acúmulo de trabalho morto na forma de capital, valor posto a se valorizar, e a população excedente de outro são nitidamente visíveis na concentração urbana, para a qual Engels chama a atenção.

A indústria fez emergir a multidão. Nesta, está expressa a contradição da vida após o dilúvio: à maior interdependência e universalidade constituída pela história, corresponde a indiferença recíproca e a exclusividade do interesse particular. Engels escreve:

Essa imensa concentração, essa aglomeração de 2,5 milhões de seres humano num só local, centuplicou o poder desses 2,5 milhões: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantes, reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmesa. (...) Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. (...) Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado (...) A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às últimas consequências. (Engels, 2008, pp. 67-8)

Os antigos laços comunitários da vida local dão lugar à relação de concorrência entre trabalhadores em um modo de produzir que os torna cada vez mais interdependentes quanto mais se universaliza a produção e se desenvolve a divisão do trabalho. Na concorrência como forma de relação social, produz-se, pela primeira vez na história, seres humanos supérfluos. Engels cita Adam Smith: “a demanda de trabalhadores, assim como a demanda de qualquer outra mercadoria, regula sua produção, ou seja, a quantidade de indivíduos produzidos, uma vez que a acelera quando é muito lenta e a trava quando é muito rápida” (apud Engels, 2008, p.

122). Mas a redução da demanda faz com que o trabalhador que é pura subjetividade não encontre confirmação objetiva quando não encontra emprego e, assim, pereça, do mesmo modo que se perdem as mercadorias invendáveis. Daí a dependência *coisal* de que fala Marx: o produto domina o produtor e pode torná-lo excedente.

O excesso de oferta da mercadoria subjetiva faz descer o salário e com isso degrada a subjetividade, que é o único bem do trabalhador. Essa concorrência tem seu ponto mais alto na inserção das mulheres e crianças na força de trabalho industrial, que divide o salário pelos membros da família, e no contexto vitoriano, também pela imigração irlandesa. Engels avalia que “os irlandeses descobriram o que é o mínimo de necessidades vitais e o vão ensinando aos operários ingleses” (Engels, 2008, p. 133). Na década de 1840, eles são algo em torno de 1/5 ou 1/4 dos trabalhadores, e se empregam nas funções que não exigem qualquer qualificação.

Os trabalhadores moram nos chamados “bairros de má fama”. É um amontoado de pessoas, de famílias inteiras em um só cômodo, sem esgoto, ventilação ou janela, muitas vezes sem móveis e utensílios, com pessoas saudas e doentes dormindo na mesma palha, jogando os detritos na frente de casa; alguns cavam um buraco dentro de casa para servir de banheiro, há imigrantes irlandeses que criam porcos dentro de casa, e mesmo um burro Engels afirma que chegou a ver dentro de uma casinha miserável. Em comparação com a vida rural medieval, perde-se o acesso ao ar, ao sol, ao movimento do corpo. Entre os mais pobres, Engels diz que a sujeira transcende a imaginação. Os irlandeses, quando têm um alojamento, moram com o *lumpen*, amontoando crianças, prostitutas, doentes, ladrões.

De acordo com Engels, que escreve em 1843, existem em Londres 50 mil pessoas sem teto:

(...) dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob uma arcada, num canto qualquer onde a polícia ou os proprietários os deixem descansar tranquilos; alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos bancos dos

jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória. (Engels, 2008, p. 75)

As condições de habitação já mostram como são satisfeitas as demais necessidades. Mesmo o operário mais qualificado e remunerado não tem roupas adequadas ao clima, em um momento em que a indústria da tecelagem está entre as mais produtivas. Têm-se em geral apenas uma muda de roupa. Nos mais pobres, a roupa é tão esfarrapada que a operação de vestir-se e despir-se se torna difícil. O tecido define a classe social: só algodão, os *fustian-jackets*, para os operários; lã e linho para a classe média, os *broad-cloth*. Quem não tem chapéu, o faz de papelão. Os irlandeses andam descalços.

Com relação à alimentação, dá-se o mesmo. O operariado é enganado pelos merceiros varejistas na quantidade e na qualidade. Vendem comida podre, adulterada (gesso na farinha, terra no café, folhas de ameixeira no tabaco) e roubam no peso. Engels descreve o consumo das diferentes frações da classe operária:

A alimentação habitual de cada operário varia naturalmente em função do salário. Os operários mais bem pagos, em especial os operários fabris, em cuja família todos os membros conseguem ganhar alguma coisa, têm – enquanto essa situação perdura – uma boa alimentação: carne todos os dias e, à noite, toucinho e queijo. Nas famílias que ganham menos, só há carne aos domingos, ou, às vezes, em dois ou três dias da semana; em compensação, come-se mais batata e pão. À medida que descemos na escala salarial, verificamos que a alimentação à base de carne se reduz a alguns pedaços de toucinho misturados à batata; descendo ainda mais, até o toucinho desaparece, permanecendo o queijo, a batata, o pão e o mingau de aveia (*porridge*); quando chegamos aos irlandeses, restam apenas as batatas como único alimento. Geralmente, a comida é acompanhada de um chá ligeiro, mesclado com um pouco de açúcar, leite ou aguardente. Na Inglaterra, e também na Irlanda, o chá é tido como uma bebida tão necessária e indispensável quanto, entre nós, o café – e, na casa onde não se toma chá, reina sempre a mais profunda miséria. (Engels, 2008, p. 114)

Esse nível de pobreza, em meio à riqueza da produção, gera também a degradação intelectual e moral de toda a classe. Não existe educação pública. “As poucas escolas que funcionam durante a semana para os trabalhadores só podem ser frequentadas por uma minoria e, além do mais, são péssimas” (Engels, 2008, pp. 149-50), porque os professores são operários que não possuem nem os mais rudimentares conhecimentos. Quando Engels escreve (1845), não existe qualquer instrução obrigatória. Esta foi instituída em 1843 apenas para o trabalho infantil fabril, por reivindicação dos trabalhadores: “(...) em seu fabuloso orçamento de 55 milhões de libras, o governo reserva à instrução pública a ínfima quantia de 40 mil libras” (Engels, 2008, p. 150). Há escolas dominicais, voltadas ao ensino da religião, e que tampouco tinha qualquer eficiência. A falta da leitura e da escrita (considerava-se alfabetizado aquele que conhecia o alfabeto), a ignorância de todo e qualquer assunto, inclusive daqueles conhecimentos tradicionais, aprendidos na família e na Igreja, era generalizada. Engels cita alguns exemplos extraídos do *Children’s Employment Commission*:

Ainda que na maioria das escolas só se ensine religião, também nesse terreno demonstraram uma completa ignorância. (Engels, 2008, p. 151)

(...) uma menina de onze anos frequentara o curso semanal e a escola dominical, mas “nunca ouvira falar em um outro mundo, do céu ou de outra vida”; um rapaz, de dezessete anos, não sabia quanto era dois vezes dois (...). Alguns rapazes nunca ouviram falar de Londres ou de Willenhall, ainda que esta localidade fique a uma hora de distância de Wolverhampton, onde residem e tenha com ela relações constantes. (Engels, 2008, p. 152)

Para a pergunta “Quem foi Jesus Cristo”, Horne [um dos comissários – VC] obteve, entre outras, as seguintes respostas: “Adão”, “um apóstolo”, “o filho do Senhor do Salvador” e, dos lábios de um rapaz de dezessete anos: “Um rei em Londres, há muitos, muitos anos”. (Engels, 2008, p. 152)

Em Sheffield, o comissário Symons mandou que os alunos lessem – nenhum deles foi

capaz de relatar o que tinha lido (...).  
(Engels, 2008, p. 153)

Ainda, um não sabia o nome da rainha, outro frequentara por cinco anos a escola dominical e nunca ouvira falar em Jesus Cristo. A escola não ensina, e o trabalho assalariado das crianças impede a aquisição daquele conhecimento difuso que faz parte da vida em qualquer sociedade de caráter comunitário. Não há espaço público ou comum de circulação e atividade para as crianças, que ficam restritas à família e ao trabalho. Mas mesmo os vínculos familiares se transformam completamente, tendendo à desagregação.

## II.

Essa conjuntura em que o trabalho industrial nega os saberes tradicionais e cotidianos, ao mesmo tempo em que não oferece nenhuma outra forma de educação, coincide com a emergência do que hoje se chama tecnologia. Marx distingue a técnica artesanal da tecnologia, definindo esta última como a técnica que demanda a aplicação da ciência teórica, e não apenas dos saberes adquiridos por experiência. O momento em que a técnica e a ciência se unem na maquinaria, e a produção se torna uma aplicação prática da ciência, é também o momento em que o produtor imediato é destituído dos saberes envolvidos na atividade produtiva. Na produção artesanal, o conhecimento pertence ao artesão. Na indústria, ele é incorporado na estrutura da maquinaria, sistema que envolve as máquinas-ferramenta, a máquina motriz e o aparelho de transmissão de energia, elaborada a partir do conhecimento científico, abstrato e teórico, distinto daquele que procede imediatamente da experiência. Com a indústria, toda a unilateralidade e especificidade característica da divisão do trabalho artesanal é desencantada, e as funções individuais são dinamizadas: “*Ne sutor ultra crepidan!*<sup>1</sup>, *o nec plus ultra*<sup>2</sup> da sapiência artesanal tornou-se uma tremenda bobagem a partir do momento em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor, o barbeiro Arkwright, a máquina de

fiar, o joalheiro Fulton, o navio a vapor” (Marx, 1985, vol. 2, p. 90).

Ao abordar a criação do mais-valor relativo n’*O Capital*, Marx descreve o processo em que a relação capitalista se põe e passa a requerer o conhecimento científico, separando as esferas material e intelectual no interior da fabricação. Em poucas palavras, ao subsumir a produção, o capital toma o trabalho conforme existe nas formas tradicionais – o trabalho artesanal da indústria doméstica complementar rural – e o concentra em casas de trabalho, criando o trabalho cooperativo da manufatura. É a concentração de riqueza privada e o assalariamento que inauguram a produção capitalista. O trabalho se torna coletivo, mas a técnica é ainda artesanal. O processo natural de desenvolvimento deste trabalho coletivo é a divisão do trabalho, e sua especialização é ao mesmo tempo a simplificação da atividade que se mantém, contudo, artesanal. A criação da máquina-ferramenta, oriunda da especialização das ferramentas levada a cabo pelo desenvolvimento da manufatura, transfere a técnica subjetiva ao mecanismo objetivo, subtraindo ao trabalho seu caráter artesanal e simplificando-o ainda mais. O advento da máquina motriz a vapor e o desenvolvimento do sistema de máquinas, completa a simplificação do trabalho industrial, reduzindo a quase nenhuma as habilidades requeridas pela atividade.

Contudo, este processo é ao mesmo tempo a criação de um segundo grupo de trabalho produtivo responsável pela elaboração e aprimoramento técnico das máquinas e sistemas. A atividade científica se torna parte do trabalho produtivo. Trata-se do advento de um modo de produção que se define como “aplicação consciente da ciência” a um mecanismo automático. Esse campo de atividade produtiva tende a se ampliar conforme a automação se complete. De sorte que o desenvolvimento mesmo das forças produtivas impõe mudanças às formas concretas do trabalho individual no decorrer da história do capital, e entre elas, a subsunção do trabalho intelectual ao capital. Assim, a máquina é ao mesmo tempo a unidade entre ciência e prática e a peça que impõe a separação completa entre o trabalho de produção de conhecimento e

o trabalho de produção imediata. Produzir se torna uma atividade que em nada mais recorda aqueles mistérios dos saberes pessoais e pessoalmente transmitidos, e o trabalhador pode ser mobilizado para múltiplas funções diversas, tornando-se potencialmente mais universal. Mas esta universalidade não se realiza para ele.

O caráter universal do capitalismo é posto pela grande indústria porque ela é o modo material que corresponde à forma-capital. Mas esta forma produz a contradição entre a produção universal do gênero e a unilateralidade do indivíduo. Marx escreve: “O desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital” (Marx, 2011, p. 582). Isso porque ele coloca como condição do trabalho necessário, isto é, aquele que reproduz a vida do produtor, o trabalho excedente, ou seja, subordina a produção concreta à ao processo de valorização. “Antes de tudo: o capital força os trabalhadores ao trabalho excedente para além do necessário. Só assim ele se valoriza e cria valor excedente. (...) ele só põe o trabalho necessário *desde (e à medida) que seja trabalho excedente (...)*” (Marx, 2011, p. 345). Inverte, assim, as determinações do trabalho necessário e excedente com relação aos modos de produção anteriores, em que o primeiro é condição natural do segundo. Na sociedade industrial, o trabalho necessário só encontra os meios objetivos de realização quando esta é, de antemão, objetivação de mais-valia.

Esta inversão se baseia na separação, dada pela propriedade privada, entre as condições de produção que são trabalho objetivado (sobre a natureza imediata) e o trabalho vivo que se define como atividade. Apenas por meio desta separação a riqueza objetiva se faz riqueza abstrata: deixa de destinar-se à satisfação das múltiplas necessidades dos produtores e por isso subordina-se enquanto valor de uso à condição de mera riqueza quantitativa, valor. Assim, como oposição ao trabalho vivo, o trabalho objetivado se torna capital e, a partir de sua determinação, configura o modo material da produção à sua forma social:

Em nenhum sentido, a máquina aparece com meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é, de forma alguma, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da máquina (...). (Marx, 2011, p. 580)

De modo que a técnica ou conteúdo próprio da atividade transfere-se para a máquina, limitando a atividade do trabalhador a uma mera “abstração da atividade (...) determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso” (Marx, 2011, p. 581). O trabalho deixa de presidir o processo de trabalho, e se torna um acessório vivo, cujo conteúdo se mostra apenas no produto, e não mais na atividade, do processo objetivamente determinado. O capital realiza assim, materialmente, as determinações imanentes a sua forma: “(...) a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria” (Marx, 2011, p. 581), “aplicação tecnológica da ciência” (Marx, 2011, p. 583).

No mesmo processo em que a ciência se torna necessária à produção, o trabalhador se torna um apêndice da máquina. Ele não detém mais nenhum conhecimento necessário à produção, de sorte que se torna um auxiliar substituível do mecanismo objetivo de produção. Do mesmo modo, os saberes não diretamente produtivos, adquiridos pela vida comunitária, pelo pertencimento do produtor a uma comunidade, deixam de mediar a vida porque também os vínculos comunitários se dissolvem com a produção capitalista. A própria relação familiar é ameaçada de desagregação.

### III.

Marx destaca essa relação entre as transformações na esfera da produção e da família, centrada no assalariamento feminino e infantil. A completude do processo de expropriação dos antigos produtores, que separa de vez a casa do trabalho, retira os fundamentos do poder patri-

arcal, calçado na produção doméstica. A produção industrial, que impele ao assalariamento feminino, enfraquece os laços familiares na medida em que suas bases objetivas – a divisão sexual do trabalho no interior da família – são parcialmente minadas. A dependência absoluta da mulher com relação ao marido torna-se relativa, e a convivência familiar baseada na casa como espaço de trabalho da mulher é deteriorada. A manutenção do poder patriarcal, contudo, permite que o pai venda o trabalho de seus filhos, e por vezes também de sua mulher. Marx escreve, sobre a especificidade da indústria em relação ao assalariamento na manufatura: “O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos” (Marx, 1985, vol. 2, p. 23).

Na década de 1860, o movimento operário conquistou os primeiros *Factory Acts* mais efetivos (fiscalizados), e muitos deles diziam respeito ao trabalho infantil. Marx escreve:

A força dos fatos obrigou, no entanto, a reconhecer finalmente que a grande indústria, junto com o fundamento econômico do antigo sistema familiar e do trabalho familiar, que lhe corresponde, dissolve também as próprias relações familiares antigas. O direito das crianças teve de ser proclamado. (Marx, 1985, vol. 2, p. 90)

Marx cita um relatório da *Children's Employment Commission* de 1866, em que se afirma que a exploração do trabalho infantil, especialmente o domiciliar, é

(...) mantido porque os pais exercem sobre seus jovens e tenros rebentos um poder arbitrário e nefasto, sem freios nem controle. (...) Os pais não deveriam ter o poder absoluto de fazer de seus filhos meras máquinas para conseguir certa quantia de salário semanal. Crianças e jovens têm direito à proteção da legislatura contra os abusos do poder paterno, que alquebra prematuramente sua força física e os degrada na escala dos seres morais e intelectuais. (MARX, 1985, vol. 2, pp. 90-1)

Assim, a indústria é um dilúvio que apaga por completo as antigas formas de vida, não apenas no que diz respeito à produção, mas em todos os seus aspectos. Os dogmas do cristianismo são esquecidos, deixam de pertencer ao cotidiano, e mesmo a organização familiar tem suas estruturas rompidas. A indústria faz balançar até mesmo o milenar patriarcado.

Engels sintetiza: “Nas grandes cidades, a centralização da propriedade atinge o mais alto grau; nelas, chegou-se ao ponto em que a expressão *Old Merry England* já não evoca nada, porque nem sequer pela recordação e pela lembrança dos avós esta velha Inglaterra se reconhece” (Engels, 2008, p. 65). Mas esse dilúvio, nem mesmo trazendo o fim da servidão e a liberdade de contrato que define o proletário “solto e solteiro”, faz emergir uma verdadeira liberdade, porque ninguém é livre na necessidade e na unilateralidade. E a concentração do capital que dele emerge é a forma produtora da miséria.

Mas e quanto a classe dominante? Livre da necessidade, o indivíduo burguês mantém sua vida restrita pela propriedade, pela divisão do trabalho e pela família. Ali, o patriarcado, do qual depende a sucessão de heranças, se mantém firme. Heinrich Heine, ao narrar uma viagem que fez à Inglaterra, escuta de um viajante uma síntese do modo de vida do indivíduo burguês, que não deixa de refletir a oposição entre a riqueza e a conexão social universal, por um lado, e a pobre e unilateral vida singular, de outro:

Os ingleses são um povo caseiro, de vida familiar limitada e cerceada; no âmbito de seus parentes o inglês procura aquele bem-estar de espírito que não encontra fora de casa em virtude de seu desamparo social inato. O inglês se satisfaz, portanto, com aquela liberdade que garante os seus direitos pessoais e que protege incondicionalmente o seu corpo, sua propriedade, seu matrimônio, sua religião, e mesmo suas manias. Em sua própria casa ninguém é mais livre do que um inglês; para usar uma expressão corrente, ele é rei e bispo entre suas quatro paredes e não deixa de ser exato o seu lema habitual: *My house is my castle*. (Heine, 1967, p. 90)

Ainda que as condições produtivas tenham feito explodir a produção familiar, e assim ameaçado a própria família monogâmica patriarcal, a moral ligada a esta forma de família, e tão antiga quanto a civilização ocidental, continua sendo defendida como modelo moral único, oriundo da instituição da natureza. Do mesmo modo, a divisão do trabalho, pressuposto das relações mercantis, é defendida e alimentada como o meio para a liberdade individual, na qual o indivíduo é autônomo, isto é, confere sua própria lei no interior de sua vida privada, porque vive do seu próprio trabalho. A indiferença recíproca que Engels considera chocante é, para o inglês da burguesia, a forma própria da liberdade. Entusiasta da imensa revolução gerada pelo capitalismo industrial, a classe dominante busca contudo manter a divisão social em classes e a divisão sexual do trabalho, agarrando-se às formas de autoridade que, afirmando a unilateralidade e a miséria individuais, impedem a emergência de uma nova forma de liberdade cujas possibilidades estão já postas no presente. Marx sintetiza esse “lado negativo”, ao qual se apegam a classe dominante:

A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Viu-se como essa contradição absoluta elimina toda tranquilidade, solidez e segurança na situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancá-lo da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo; como essa contradição desencadeia um ritual ininterrupto de sacrifício da classe trabalhadora, o mais desmesurado desperdício de forças de trabalho e as devastações da anarquia social. Esse é o lado negativo. (Marx, 1985, vol. 2, p. 89)

Assim, a época pós diluviana, em que a universalidade e a exuberância da produção humana dão um salto inédito, reconfigurando a vida em todos os seus aspectos, é também a época em que a mesquinha vida privada e o domínio *coisal* oriundo da concentração priva-

da da riqueza, é aquilo a que se restringiram os sujeitos. Daí a necessidade, no pensamento de Marx e Engels, do terceiro grande estágio da história humana, em que a emancipação humana alça o indivíduo à universalidade que o gênero alcança com a forma capitalista, tornando possíveis transformações das relações sociais que indicam para um novo patamar de liberdade do indivíduo. Marx continua:

Mas se a variação do trabalho se impõe apenas como lei natural preponderante e como o cego efeito destrutivo de uma lei natural, que se defronta com obstáculos por toda parte, a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital, pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam. (...) O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova. (Marx, 1985, vol. 2, pp. 89-90)

A divisão do trabalho assume, pois, no capitalismo industrial, a forma da abstração da atividade e sua conseqüente fluidez. Se nesta forma de relação ela apenas gera miséria para os trabalhadores, não deixa de ser também o fundamento da superação de toda divisão do trabalho. Do mesmo modo, o golpe que a estrutura monogâmica patriarcal sofre com o sistema industrial gera degradação das relações familiares, mas aponta para a superação do patriarcado:

Por terrível e repugnante que agora pareça a dissolução do antigo sistema familiar no interior do sistema capitalista, a grande indústria não deixa de criar, com o papel

decisivo que confere às mulheres, pessoas jovens e crianças de ambos os sexos em processos de produção socialmente organizados para além da esfera domiciliar, o novo fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos. (Marx, 1985, vol. 2, p. 91)

A radicalidade das transformações que era vitoriana presidiu foi tal, que permitiu a Marx e Engels vislumbrarem, a partir do reconhecimento da contradição que caracteriza a vida pós-diluviana, um modo de produção e de vida totalmente novo. Essa forma nova de vida social permitiria ao indivíduo alcançar a universalidade já indicada pelas criações do gênero, pelo conjunto da produção social. Muito distintas de ilusões distributivistas e morais, identificam no presente aquilo que possibilita a superação da divisão do trabalho, do patriarcado e de toda forma de autoridade, fazendo emergir um novo sujeito.

## Referências

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução de B. A. Shumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

HEINE, Heinrich. “Fragmentos Ingleses”, *Prosa política e filosófica de Heinrich Heine*. Tradução de Eurico Remer e Maura R. Sardinha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital – Crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. Coleção *Os economistas* Vols. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

## Notas

1 *Que o sapateiro não vá além das chinelas!*

2 *O ponto culminante, o não mais além.*

## COMO CITAR

COTRIM, V. A. A vida após o dilúvio em Marx e Engels: a emergência do trabalhador em sua nudez. *Revista Cerrados*, 32(62), p. 77–86. 2023. <https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i58.41259-cerrados/article/view/42211>.